

A História Oral como uma Abordagem Didático-Pedagógica na Disciplina Política Educacional Brasileira de um Curso de Licenciatura em Matemática

Vinícius Sanches Tizzo¹

Heloisa da Silva²

GD 7 – Formação de Professores que Ensinam Matemática

Resumo: Este projeto é parte integrante dos interesses de um projeto maior intitulado “A História Oral como recurso no desenvolvimento da formação inicial e continuada de professores de Matemática”, idealizado e coordenado pela orientadora deste trabalho, cujo objetivo principal é elaborar, aplicar e analisar estratégias de formação de professores de Matemática em cursos de Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Extensão, de modo que a História Oral participe de forma significativa. No presente projeto pretende-se aplicar e analisar estratégias alternativas elaboradas para a formação de professores de Matemática na disciplina “Política Educacional Brasileira” de um curso de licenciatura em Matemática em que a História Oral participe como uma abordagem didático-pedagógica, no sentido de compreender quais discussões e envolvimento essas estratégias promovem no tratamento de um tema da referida disciplina. Para tanto, adotando as metodologias de pesquisa qualitativas intituladas “observação participante” e História Oral, pretendemos acompanhar alguns momentos da disciplina ministrada no curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Rio Claro na qual serão aplicadas tais estratégias diferenciadas de formação. A análise dos resultados desses meios a serem postos em prática será a contribuição principal desta pesquisa para a linha de pesquisa intitulada Formação de Professores de Matemática.

Palavras-chave: Educação Matemática. Formação de Professores. História Oral. Narrativas. Políticas Educacionais.

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste projeto faz parte dos interesses de um projeto maior intitulado “A História Oral como recurso no desenvolvimento da formação inicial e continuada de professores de Matemática”, idealizado e coordenado pela orientadora deste trabalho, cujo objetivo principal é elaborar, aplicar e analisar estratégias alternativas de formação de professores de Matemática em cursos de Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Extensão, de modo que a História Oral (HO) participe delas de forma significativa. Também é parte integrante de um projeto mais amplo e de maior duração desenvolvido

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista, PPGEM/UNESP – Campus de Rio Claro/SP. viniciustizzo@hotmail.com

² Professora Doutora do Programa de Pós Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista, PPGEM/UNESP – Campus de Rio Claro/SP. heloisas@rc.unesp.br

atualmente pelo GHOEM³, que tem por objetivo delinear um “mapa de movimentação” sobre a formação de professores de Matemática no Brasil (GARNICA, 2002). O presente projeto pretende aplicar e analisar estratégias elaboradas para a formação de professores de Matemática na disciplina “Política Educacional Brasileira” em curso de licenciatura em Matemática em que a História Oral ofereça estratégias alternativas para a formação de professores que ensinam Matemática, visando a compreender quais discussões e envolvimento esses recursos promovem durante a referida disciplina, dentre tais estratégias, destaca-se as narrativas sobre o tema a ser estudado.

A opção por essa disciplina surgiu do interesse em analisar as possibilidades didático-pedagógicas⁴ da História Oral em uma disciplina de caráter pedagógico-político dentro de um curso de formação de professores de Matemática, já que a mesma metodologia é analisada, pela orientadora deste trabalho, em outra disciplina, de caráter específico, do mesmo curso: Fundamentos da Matemática Elementar.

Este projeto supõe como ponto crucial o uso de estratégias de formação que coloquem futuros professores em contato com estruturas e tendências educacionais e os ajudem a compreender os significados de determinadas situações da escola que, ainda que sejam singulares e não suas, os colocam frente a experiências que poderiam ser suas e sobre as quais eles podem refletir sobre decisões que terão de tomar rotineiramente ao iniciar sua carreira docente. Por exemplo, uma entrevista com um(a) professor(a) que vivenciou a vigência de uma certa lei educacional, bem como os significados e influências que essa lei possa ter tido sobre a sua prática, torna o estudo potencialmente mais relevante para o futuro professor do que a forma técnica através da leitura e discussão de documentos e artigos generalistas sobre estruturas e funcionamentos de ensinos que usualmente caracteriza essa discussão em um curso de formação de professores, embora seja imprescindível também o estudo de fontes outras, de naturezas variadas.

Para o desenvolvimento deste trabalho buscaremos estabelecer uma parceria entre pesquisador, professor e alunos da disciplina Política Educacional Brasileira oferecida no curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – campus de Rio Claro, na qual este trabalho se desenvolverá.

³ Coordenado pelo Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica (Depto de Matemática da UNESP – Bauru e PGEM – UNESP/Rio Claro). Site do grupo: www.ghoem.com

⁴ DIDÁTICO: Relativo ao ensino ou à instrução, ou próprio deles, que torna o ensino eficiente; PEDAGÓGICO: Princípio e método de educação e instrução que tende a um objetivo prático.

Entende-se que a intervenção ocorrerá em dois momentos. No primeiro contaremos com o trabalho dos alunos da disciplina que, em grupos, terão a oportunidade de fazer a leitura de entrevistas já textualizadas, de trabalhos anteriores realizados por integrantes do GHOEM. Além de terem a função de entrevistar professores abordando um tema previamente estabelecido e, posteriormente, desenvolverão as etapas previstas em um trabalho que envolva narrativas orais, ou seja, a transcrição e análise dos discursos coletados e a partir disso praticar a elaboração da textualização dessas entrevistas⁵. Num segundo momento, caberá ao pesquisador a função de entrevistar esses alunos sobre as impressões que tiveram sobre esse método de trabalho.

Portanto, a História Oral será utilizada em dois diferentes processos hermenêuticos nessas ocasiões. Na primeira ocasião, aparecerá como uma abordagem didático-pedagógico para a disciplina de Política Educacional Brasileira e, na segunda, como uma metodologia de pesquisa.

A intenção do projeto é oferecer possibilidades de intervenção. Executar uma proposta, mas sugerir outras intervenções que aproximem os alunos das futuras práticas em sala de aula.

Para o progresso desta proposta de estudo, nos valeremos de uma abordagem qualitativa em consonância com a postura adotada pela História Oral – em virtude de nosso interesse em recolher e registrar narrativas orais de professores das escolas colaboradoras da pesquisa, relativas ao tema proposto pelos entrevistadores – e de observação participante nas aulas da disciplina mencionada, pois o pesquisador além de acompanhar presencialmente as discussões na sala de aula da disciplina de Política Educacional Brasileira, também participará como observador na realização das entrevistas. Neste ponto identifica-se a ligação desse trabalho com o mapeamento sobre a formação de professores no Brasil, pois há o interesse em registrar e integrar as narrativas orais ao acervo do projeto maior desenvolvido pelo GHOEM.

Assim, verificar e analisar de que modo e em que medida a História Oral poderá contribuir como abordagem didático-pedagógica para a disciplina Política Educacional Brasileira na formação do professor de Matemática é o objetivo principal deste trabalho. Trata-se de aplicar e analisar estratégias elaboradas para a formação de professores de

⁵ Com o tratamento das entrevistas os acadêmicos da disciplina de Política Educacional Brasileira terão a oportunidade de se integrarem aos assuntos abordados pelos entrevistados. Com isso, em alguns momentos, haverão de perceber a necessidade de complementação das informações contidas nos depoimentos tais como, a legitimação de certa lei, buscarem informações que complementem sua implementação e sua repercussão.

Matemática no tratamento de um tema da disciplina Política Educacional Brasileira num curso de Licenciatura em Matemática, visando a compreender quais discussões e envolvimento essas estratégias promovem. Em termos de objetivos característicos, a presente proposta busca: analisar a potencialidade dos recursos da História Oral para a disciplina Política Educacional Brasileira na formação do professor de Matemática; elencar possibilidades didático-pedagógicas trazidas pela abordagem da História Oral na disciplina Política Educacional Brasileira, sistematizando e propondo atividades e estratégias didáticas para essa disciplina específica.

Deste modo, o problema da pesquisa pode ser apresentado como: Quais as potencialidades da História Oral como uma abordagem didático-pedagógica da disciplina Política Educacional Brasileira implementado visando a envolver os futuros professores em situações que o coloquem em contato com o cotidiano das escolas, no presente e num passado próximo⁶?

2. UMA PRIMEIRA REVISÃO DE LITERATURA

O programa da disciplina Política Educacional Brasileira oferecida ao curso de Licenciatura em Matemática da UNESP/Rio Claro têm como objetivos 1. Analisar, com a necessária fundamentação teórica as atuais políticas públicas para a educação básica; 2. Refletir sobre a problemática da educação, enfatizando a educação fundamental e média, numa perspectiva de totalidade apreendendo seus determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais; 3. Identificar a relação entre a política educacional e a organização e o funcionamento da unidade escolar; 4. Compreender o texto das leis envolvido em um contexto social demarcado pelas contribuições emergentes; 5. Identificar interrelacionamento entre o processo educacional e o exercício profissional do educador.

Tais objetivos sugerem a compreensão dos determinantes políticos e sociais que interferem na proposta legislativa de ensino e nos projetos educacionais; bem como oportunidade de identificação dos significados e metas do ensino fundamental e médio e o estudo de sua dinâmica, sua inscrição no contexto social e no sistema escola afim de que os alunos possam desenvolver uma atitude consciente de participação no processo educacional enquanto docente e/ou especialista em educação matemática.

⁶ Referimos-nos à possibilidade de contato com professores em começo, meio, fim de carreira e até mesmo profissionais aposentados.

Como tal disciplina será a base para o desenvolvimento desta pesquisa, torna-se necessária uma revisão das fontes bibliográficas que tratam do assunto das políticas educacionais, inclusive para se compreender os elementos que diferenciam essa disciplina da antiga, chamada Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio.

Diniz-Pereira (1999) analisa as recentes políticas educacionais para a formação docente no Brasil, principalmente, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

Como se sabe, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 9.394/96) foi, sem dúvida alguma, responsável por uma nova onda de debates sobre a formação docente no Brasil. Antes mesmo da aprovação dessa lei, o seu longo trânsito no Congresso Nacional suscitou discussões a respeito do novo modelo educacional para o Brasil e, mais especificamente, sobre os novos parâmetros para a formação de professores. (p. 110)

A obra de Saviani (2006) proporciona, especificamente, a reflexão sobre a implementação da Nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, lei que regulamenta a educação brasileira em seus diversos níveis. O autor provoca a compreensão objetiva e ao mesmo tempo crítica dessa lei que rege os destinos da educação no Brasil. O estudo histórico sobre a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, segundo o mesmo autor, se faz necessário por propiciar uma análise de sua trajetória, de seu significado social e pedagógico, assim como seus limites e perspectivas. Por ser a principal lei da educação no país, todos os professores de todas as modalidades e níveis de ensino, necessitam, pois, conhecê-la.

O trabalho de Carvalho (2005) permite o acesso a uma descrição histórica da situação econômica, política e educacional do Brasil em meados dos anos oitenta e noventa, época em que o governo adequou mudanças consideráveis, principalmente na educação superior. Este texto permite compreender como era tratado o ensino superior da época, além de fazer apontamentos que permitem ao leitor compreender alguns aspectos a respeito dos cursos de licenciatura deste momento da história, por exemplo, que essas licenciaturas não passavam de apêndices dos cursos de bacharelado.

É importante destacar as mudanças que vêm ocorrendo desde aquela época, já que o entendimento das sucessivas alterações na política educacional brasileira se faz necessária para o desenvolvimento deste trabalho. Entende-se que essas mudanças fazem parte da história da licenciatura no país e, portanto, dos professores a serem entrevistados pelos estudantes colaboradores dessa pesquisa.

Em seu artigo, Oliveira (2007) oferece um levantamento histórico sobre a disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino nos cursos de Pedagogia e nas licenciaturas, e apresenta argumentos que, segundo ele, justificam a inserção da expressão “Políticas Educacionais” na denominação de uma disciplina específica nessas modalidades de formação.

[...] percebemos existir uma certa tendência nessa mudança da denominação da disciplina, talvez na tentativa de livrá-la dessa carga histórica de "matéria chata" que estuda as leis educacionais. Mas por outro lado, parece haver um certo sentido na tentativa de aproximá-la das disciplinas compreendidas como "fundamentos da educação". É também nesse sentido que a Política Educacional (até então ausente, pelo menos de forma explícita, nos currículos dos cursos de formação de profissionais da educação) passa a ser o eixo central da disciplina, sem, contudo perder a ênfase na estrutura e na organização da educação nacional, que não dispensa a legislação como fio condutor e enquanto institucionalização jurídica das políticas oficiais. (p. 12)

Sobre a utilização de depoimentos para compreender a história da formação de professores no Brasil, Garnica (2004), afirma ser necessário

(...) ressaltar, num histórico acerca da formação de professores no Brasil, perspectivas diversas – e muitas vezes divergentes daquelas “oficiais” –, pontos de vista singulares que nos auxiliassem a formar um cenário nacional quanto a essa formação, sempre foi algo latente, embora muito poucas vezes efetivamente exercitado. (p. 157)

Segundo Garnica, Rolkouski e Silva (2006), para desenvolver uma pesquisa nos moldes desta proposta de estudo,

[...] é necessário raciocinar em termos de relações, e não mais em termos de individualidades “ligadas” umas às outras. “Ler” vidas de professores dentro desta perspectiva é considerar as relações que estes estabelecem entre pessoas que fazem parte de seu grupo, seja ele pessoal, profissional, familiar. É não concebê-los como pessoas simplesmente “ligadas” a outras, mas, sim, de observar as relações estabelecidas e as influências destas relações na constituição do indivíduo como um todo, e do professor de Matemática em particular.(p. 8)

Com relação às potencialidades da História Oral como metodologia de pesquisa, Garnica (2007) afirma que ela permite:

[...] investigar o dito, o não dito e, muitas vezes, de tangenciar o indizível e seus motivos; e, portanto, de investigar os regimes de verdade que cada uma das versões registradas cria e faz valer, com o que se torna possível transcodificar – e, portanto, redimensionar – registros e práticas. (p. 21).

Até o momento, a História Oral foi trabalhada como uma metodologia qualitativa de pesquisa, mas segundo Meihy trata-se de:

[...] um recurso moderno usado para elaboração social de pessoas. Ela é sempre uma História do tempo presente e também conhecida por História viva. Como História dos contemporâneos, a História Oral tem de responder a um sentido de utilidade prática e imediata. Isto não quer dizer que ela se esgote no momento da apreensão e da eventual análise das entrevistas. Mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro sugerido que outros possam vir a usá-la. (MEIHY, 1996, p. 13).

Assim, entende-se que a História Oral pode aparecer como uma abordagem didático-pedagógica para a formação de professores, sendo a realização de entrevistas pelos estudantes da disciplina com professores em início, meio e fim de carreira, e até mesmo profissionais aposentados, uma possibilidade de responder aos sentidos de realidades do seu campo profissional e, ao mesmo tempo, colaborar para o registro de significados dessas realidades. A ideia é permitir ao futuro professor acesso a depoimentos que revelem experiências em sala de aula e suas cercanias, como o impacto das políticas públicas na Educação.

As discussões geradas a partir das narrativas orais dos profissionais da educação sejam professores, funcionários, dirigentes, dentre outros, tendem a contribuir com o entendimento da formação de professores que ministraram a disciplina de Matemática em distintas épocas. Neste cenário se inserem os profissionais a serem entrevistados. Logo, considera-se que o alicerce da presente proposta de trabalho são as narrativas registradas a partir das entrevistas gravadas, posteriormente transcritas, e os modos como os alunos compreendem e consideram o que é narrado pelos profissionais nesse contato e nas discussões promovidas durante as intervenções propostas na disciplina.

3. METODOLOGIA

Considerando nossa expectativa em apresentar a História Oral como uma abordagem na disciplina Política Educacional Brasileira, de um curso de formação inicial de professores de matemática teremos um estudo pautado investigação qualitativa. No que diz respeito à pesquisa qualitativa, tem-se como referencial Lüdke e André (1986). Entende-se que a presente pesquisa deva ser orientada em acordo com esta abordagem, pois,

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...]
2. Os dados coletados são predominantes descritivos [...]
3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto [...]
4. O “significado” que

as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador [...] 5. A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (p. 11-13).

Em particular, com relação à observação participante, André (1995) revela que “a observação é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado” (p. 28), enquanto Lüdke e André (1986) expõem as vantagens do desenvolvimento de uma pesquisa tomando-se a observação participante como método.

Usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens 1. [...] a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de um determinado fenômeno. “Ver para crer”, diz o ditado popular. 2. [...] o observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. 3. A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos” um importante alvo nas abordagens qualitativas. 4. [...] as técnicas de observação são extremamente úteis para “descobrir” aspectos novos de um problema. (p. 26)

Em consonância com as ideias apresentadas por Lüdke e André (1986) a observação participante “é uma estratégia que envolve, pois, não só a observação direta, mas todo um conjunto de técnicas metodológicas pressupondo um grande envolvimento do pesquisador na situação estudada” (p. 28).

Na observação participante ressalta-se o cuidado a ser tomado durante a realização das observações, pois, segundo Lüdke e André (1986), “para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador” (p.25).

Do mais, se faz necessário a disponibilidade de tempo por parte do pesquisador para levantar os pontos a serem observados, por essa razão,

Planejar a observação significa determinar com antecedência “o que” e “o como” observar. A primeira tarefa, pois, no preparo das observações é a delimitação do objeto de estudo. Definindo-se claramente o foco da investigação e sua configuração espaço-temporal, ficam mais ou menos evidentes quais aspectos do problema serão cobertos pela observação e qual a melhor maneira de captá-los. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.25).

Norteando-se pelas possíveis contribuições da História Oral como abordagem didático-pedagógica na disciplina Política Educacional Brasileira, os acadêmicos da disciplina deverão estruturar, aplicar e transcrever entrevistas com atuais e ex-professores.

Ferreira e Amado (2006) tecem considerações e requisitos acerca da realização de entrevistas do ponto de vista da História Oral.

Em regra, o entrevistador deve, antes de mais nada, saber guardar silêncio, aprender a ouvir [...] Deve adaptar-se a psicologia da testemunha, respeitá-la, estar disposto a tomar pacientemente a conversa, suscitar a recordação através de um questionamento discreto se a testemunha for pouco loquaz [...] Em todo caso, é indispensável criar uma relação de confiança entre informante e entrevistador. Disso depende o sucesso. [...] Também é preciso não perder de vista o papel que compete a cada um dos que intervêm nesse processo, pois tende-se às vezes a superestimar um ou outro. Quando se fala em ‘colher depoimentos orais’, costuma-se privilegiar a testemunha, defendendo-se uma atitude passiva diante de um discurso autônomo, pois basta colher recordações. Falando de ‘criação de fontes orais’, ao contrário, valoriza-se o trabalho do entrevistador, como se este fabricasse a recordação a partir do caos, quando na realidade não faz senão suscitá-la. (p. 234)

Em seu trabalho, Alberti (2005) mostra que a entrevista tem um papel central no trabalho com História Oral, por isso, é uma etapa que exige cuidado e dedicação do pesquisador. Dentre outras coisas, isso significa investir seriamente na elaboração de roteiros, produzir instrumentos de controle e de acompanhamento das entrevistas, atentar para a carta de cessão com os direitos do depoimento, e principalmente ter consciência da relação que se estabelece com o entrevistado.

Assim, durante a intervenção proposta na disciplina pretendeu-se previamente apresentar aos acadêmicos todos os aspectos inerentes à realização de uma entrevista sob o ponto de vista da História Oral.

Considerando tais disposições, ao longo do primeiro semestre deste ano, o pesquisador participou das aulas da disciplina Política Educacional Brasileira oferecida no curso de Licenciatura em Matemática da Unesp/Rio Claro, com o objetivo de estudar, elaborar e aplicar estratégias de formação utilizando a abordagem da História Oral, num primeiro momento. Em seguida, ou seja, num segundo momento da disciplina, junto com a turma de alunos e a professora responsável, realizou um levantamento dos possíveis temas a serem abordados na intervenção da disciplina. A seguir, descrevemos as estratégias aplicadas junto ao estudo dos temas pelos acadêmicos, utilizando a História Oral.

3.1. Estratégias de formação por meio da História Oral

Na ocasião de apresentação da proposta de trabalho e seleção dos temas pelos grupos, solicitamos aos acadêmicos da disciplina Política Educacional Brasileira que justificassem, por meio do que denominamos memórias individuais, o interesse pelo tema escolhido, bem como o que já conheciam desse tema e quais questionamentos propunham. Nosso propósito com essa atividade foi alçar as perspectivas dos alunos com relação ao trabalho que teriam que desenvolver, com um tema de sua escolha, dentre os diversos apresentados. Além disso, pedimos aos grupos de alunos que realizassem um primeiro exercício de elaboração de questões que posteriormente viriam compor o roteiro para a entrevista. Essa atividade contribuiu para elencarmos as leituras que conduziriam a sequência de elaboração do roteiro de questões para a realização da entrevista.

Finalizado o roteiro, os grupos partiram para a próxima etapa do trabalho, que consistia em realizar contato com o professor a ser entrevistado. Primeiramente, foi entregue a cada provável entrevistado uma carta de apresentação da atividade, este documento tem por intenção descrever ao entrevistado algumas particularidades da atividade, tais como: objetivo, método de pesquisa, forma como a entrevista será recolhida e procedimentos a serem empregados no tratamento de tal entrevista.

As entrevistas foram áudio-gravadas, e posteriormente submetidas a um processo, que em HO conhecemos como “transcrição”. Esse é o momento da passagem do oral (a gravação) para o escrito (texto da entrevista autorizada pelo colaborador).

Em seguida a essa transcrição literal das entrevistas, os alunos da disciplina iniciaram a próxima etapa inerente ao trabalho com HO e prevista nesta atividade: trata-se da elaboração da “textualização”. Assim, com essa atividade e nessa etapa, pretendeu-se promover uma situação de análise por parte dos acadêmicos, similar à análise do pesquisador ao textualizar suas entrevistas, usando a metodologia da HO.

Por fim, os alunos da disciplina Política Educacional Brasileira, envolvidos na atividade proposta, tiveram a oportunidade de apresentar aos seus pares, ao professor e aos pesquisadores, suas impressões, facilidades, dificuldades durante a realização do trabalho. Nesse momento, os alunos da turma puderam conhecer a investigação relacionada ao tema de cada colega. Em tais apresentações, filmadas pelos pesquisadores, foi possível conhecer as narrativas registradas a partir das entrevistas gravadas, posteriormente transcritas, e os modos como os alunos compreendem e consideram o que foi narrado pelos profissionais

naquele contato e nas discussões promovidas durante o desenvolvimento das propostas na disciplina.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Entendemos que a História Oral teve um papel significativo na abordagem dos temas propostos durante o curso, sendo a realização de entrevistas pelos estudantes da disciplina de Política Educacional Brasileira da UNESP/Rio Claro, com professores em início, meio e fim de carreira, e até mesmo profissionais aposentados, uma possibilidade de responder aos sentidos de realidades do seu campo profissional e, ao mesmo tempo, colaborar para o registro de significados dessas realidades. Foi possível permitir ao futuro professor acesso a depoimentos que revelassem experiências em sala de aula e suas cercanias, como o impacto das políticas públicas na Educação.

Compreendemos, assim, que tais atividades serviram para sensibilizar os licenciandos para as disciplinas pedagógicas, e conduzi-los a uma forma mais ativa de aprendizagem e de pesquisa. Mediante o trabalho com narrativas, essa proposta permitiu aos futuros professores de Matemática, integrarem conhecimentos sobre as repercussões das políticas educacionais no cotidiano do professor. Esse trabalho mostrou, por um lado, a possibilidade de mobilizar um alunado geralmente resistente às disciplinas pedagógicas, a estabelecer um diálogo frutífero com o universo da cultura escolar, e por outro, familiarizar esses alunos com procedimentos de pesquisa (recolha, transcrição, textualização e análise dos dados) que lhes permitirão melhor compreender as mais diversas dimensões de sua atuação docente e instrumentalizar-se para novas pesquisas sobre a escola.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2005.

ANDRE, M. E. D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. 14. ed. Campinas: Papirus, 1995. (Prática Pedagógica).

CARVALHO, C.; INFORSATO, E. do C.; MONFREDINI, I. . **Reforma do Estado e da Educação no Brasil Contemporâneo**. In: VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Modos de ser educador: Artes e Técnicas - Ciências e Políticas, 2005, Águas de Lindóia -SP. Textos Gerados-Resumos do VIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. São Paulo: Unesp, 2005. p. 77-89.

DINIZ-PEREIRA, J. E. . **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para formação docente**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 68, p. 109-125, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a06v2068.pdf>. Acessado em 30 de outubro de 2011.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006.

GARNICA, A. V. M, **História Oral em Educação Matemática outros usos, outros abusos**. Guarapuava: SBHMat, 2007.

GARNICA, A.V.M. **A Tessitura da trama: Memória, História, Oralidade, Pesquisa Qualitativa e Educação Matemática num estudo de interfaces**. Projeto de Pesquisa – CNPq, 2002.

GARNICA, A. V. M. . **Retraçando trajetórias, REcoletando influências e perspectivas: uma proposta em História Oral e Educação Matemática**. In: Maria Aparecida Viggiani Bicudo; Marcelo de Carvalho Borba. (Org.). Educação Matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004, v. único, p. 151-163.

GARNICA, A. V. M. ; ROLKOUSKI, E. ; SILVA, H. . **Dois estudos em História Oral e Educação Matemática: contribuições para pensar a formação de professores de Matemática**. In: III Simpósio Internacional de Educação Matemática (SIPEM), 2006, Águas de Lindóia (SP). **ANAIS do III SIPEM**. Águas de Lindóia/Curitiba: SBEM - Sociedade Brasileira de Educação Matemática, 2006.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS. **Programa de Ensino de disciplina: Política Educacional Brasileira**, 2008. Disponível em <http://www.rc.unesp.br/igce/graduacao/matematica/4%C2%BA%20Ano%20LIC/EDO1005.pdf>. Acessado em 07 de março de 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. Editora Pedagógica e Universitária LTDA. São Paulo, 1986.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, M. N. **Estrutura e Funcionamento do Ensino: A trajetória de uma disciplina**. In: II Semana da pedagogia, Ilhéus - BA. UESC, 2007. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/113_maria_neusa.pdf. Acessado em 30 de outubro de 2011.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: LDB trajetórias, limites e perspectivas**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. Coleção Educação Contemporânea.

SILVA, H. da. **A História Oral como recurso no desenvolvimento na formação inicial e continuada de professores de Matemática**. Projeto de Pesquisa (Trienal – UNESP, PROPe), 2010.